

# Banda Larga Já

Metade da população brasileira não acessa a Internet.  
A outra metade sofre com serviço ruim, caro e lento



A situação da exclusão digital no Brasil é de calamidade pública. Treze anos depois da privatização das telecomunicações, o país só tem 15 milhões de acessos acima de 1 mega, apenas um pouco mais do que em New York.

Mais de 50% dos brasileiros com mais de dez anos de idade não acessa a rede mundial. Isso quer dizer que quase 100 milhões de pessoas no Brasil estão despojadas de um direito básico da cidadania e condenadas a um submundo de subemprego, ignorância e subserviência.

Acusamos as operadoras de telefonia, a Anatel, o Ministério das Comunicações a Presidência da República e todas as autoridades (ir)responsáveis por este verdadeiro atentado contra uma geração inteira de brasileiros.

Deixados à beira da estrada digital, milhões transformam-se em cidadãos de segunda classe e se convertem em um obstáculo ao desenvolvimento e a prosperidade deste país.

Repudiamos este país de duas categorias que muitos ainda insistem em conservar. Denunciamos sua malévola estratégia que visa restringir a educação e a liberdade de informação e expressão justamente alguns dos maiores benefícios da Internet.

Convocamos todos os brasileiros de bem a lutar contra essa injustiça. Devemos pressionar o governo para que defenda a Constituição e os valores fundamentais de nossa República, especialmente o direito a educação e cultura e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos.

## A hora é agora

Os trabalhadores em telecomunicações propõem um esforço nacional de inclusão digital, de modo a promover a universalização do acesso à Internet, a implantação dos sistemas de Rádio e TV Digitais e a disseminação de novas tecnologias, como o 4G.

A Fittel entende que essas questões não são estanques e, portanto não podem ser tratadas de forma isolada como acontece atualmente no arcabouço regulatório. Banda Larga, Rádio e TV digitais e novas tecnologias devem ser partes integrantes e indissociáveis de um novo modelo de telecomunicações que deve ser construído de forma democrática e participativa.

# Ninguém merece

Anatel é a antesala dos interesses das operadoras de telecomunicações

Em um mundo totalmente baseado em processos digitais, na interação pessoal e na disseminação de informações, o Brasil não pode se dar ao luxo de esquecer metade da sua população à beira da estrada digital. Além de ser uma questão de cidadania, trata-se de uma questão econômica e estratégica maior.

Neste contexto, a existência de mecanismos públicos de controle e fiscalização que garantam e façam cumprir os interesses nacionais é imprescindível. Não podemos permitir que se sedimente o *laissez faire* que se instalou no setor e muito menos a abdicação e entrega às operadoras de telecomunicações a condução da política do setor.

Durante os seus doze anos de existência, a Anatel, ou aqueles que por lá passaram, já deram reiteradas provas de que não podem ou não querem exercer a função de autoridade pública nesta área.

Ao contrário, sua atuação ao longo do tempo foi na direção oposta, sempre pronta a acolher as diversas demandas das empresas e a dar guarida aos lobistas que frequentam os seus corredores.

Pois é chegada a hora de tirar das empresas esse ombro amigo da Anatel. Precisamos de um poder real que fiscalize e regule o setor. Da mesma forma, temos que voltar a pensar as telecomunicações no longo prazo, estabelecendo metas e objetivos para a inclusão digital, assim como para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e do nosso parque industrial no setor. Caso contrário, continuaremos a submeter o país e o seu desenvolvimento a agenda das operadoras e dos seus investidores.



## A Legislação é anacrônica

Desde a introdução das tecnologias digitais nas redes de telecom, na década de 80, essas redes vêm experimentando um contínuo processo de desenvolvimento rumo a uma integração cada vez maior entre os diversos serviços.

A própria Internet, ao suportar a prestação de diversos “serviços de telecomunicações”, como o de telefonia (Voz sobre IP) e o de vídeo (YouTube, etc.), amplia e reforça esse movimento de integração. Se, no passado, elas nasceram dissociadas umas das outras porque necessitavam de redes e equipamentos com características totalmente distintas, e via de regra eram operadas por empresas igualmente diferentes, hoje isso não é mais verdade. Atualmente, as restrições que existem ao tráfego de um ou outro tipo de serviço, são totalmente artificiais, atendendo mais aos interesses específicos das empresas do que a limitações de

ordem técnica.

A introdução de novas tecnologias, como a telefonia móvel totalmente baseada na transmissão de pacotes de dados IP, como no 4G, ou a assim denominada NWGN (New Generation Network) que deverá emergir após a fusão da telefonia convencional, móvel e Internet sobre uma mesma rede contribui para corroborar esse panorama.

Sendo assim, é oportuno pensar em uma revisão regulatória, pois a legislação brasileira sobre o assunto ainda trata as modalidades de comunicação de forma estanque. Os trabalhadores em telecomunicações temem que o atual arcabouço acabe por limitar a velocidade das inovações e reivindicam um novo modelo, o Serviço de Comunicação Eletrônica (SCE) a ser prestado no regime público, agrupando em um único serviço as diversas modalidades de comunicação.

# Frente Ampla pela inclusão digital

Criada a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação

Foi criada na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom). Os principais objetivos da frente são promover, acompanhar e defender iniciativas que ampliem o exercício do direito à liberdade de expressão e o direito à comunicação. Além de parlamentares, participam do movimento organizações da sociedade civil, entre elas a Fittel. Na Câmara, a frente já realizou reuniões e uma audiência com o ministro Paulo Bernardo.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) é a coordenadora geral da Frentecom. A iniciativa já conta com o apoio de mais de 100 entidades da sociedade civil e de 190 deputados de 10 partidos diferentes. Segundo Erundina, essa mobilização é necessária para que sejam regulamentados os capítulos da Constituição sobre as comunicações e criadas novas leis para o setor. Para a deputada, apesar da dificuldade de se fazer essa discussão no Congresso Nacional, a pressão da sociedade fará com que seja possível elaborar um marco regulatório moderno que possa subsidiar uma política de comunicação que corresponda à importância e ao protagonismo do Brasil.

De acordo com o presidente da Fittel, Brígido Ramos, a iniciativa privada não tem nenhum interesse em promover a universalização das telecomunicações e a Frentecom pode ser um fórum político importante para cobrar dessas empresas e também do poder público um engajamento maior nesse processo.

Para Brígido, um exemplo da falta de compromisso das empresas e do governo foi a conexão das escolas à Banda Larga sem a conexão das comunidades de baixa renda locais, sob a alegação que limitações técnicas impedem a expansão das conexões. «Isto é um absurdo, uma leviandade dessas empresas. O que elas querem no PNBL é usar o dinheiro do Fust e do governo para ampliar suas redes e atender as demandas de quem pode pagar pelos serviços», denuncia Brígido.

Brígido destaca que a Frentecom é o fórum legítimo para pressionar o governo a tomar a decisão correta, por isso é fundamental aumentar sua capacidade



de ação ampliando também a participação da sociedade e dos parlamentares.

Para a advogada da ProTeste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Flávia Lefèvre Guimarães, o trabalho da Frente tem grande importância neste momento de indefinições de quais serão os rumos que o Executivo dará ao PNBL. «Espero que o Ministério das Comunicações não atue no sentido de concentrar ainda mais esse mercado nas mãos das concessionárias, pois elas têm demonstrado não possuir nenhum compromisso com a democratização das telecomunicações no Brasil», disse.

No entendimento da advogada, o papel da Telebrás é fundamental como gestora das redes públicas de suporte ao serviço de comunicação de dados que, de acordo com a legislação vigente, é indiscutivelmente um serviço essencial e regido pelo regime público.



Engº Brígido Ramos da Fittel e o Professor e Pesquisador Marcos Dantas



Luiza Erundina e Geraldo Coan do Sinttel-DF

# A 25km do Planalto: o obscurantismo

Conheça a escola pública na periferia de Brasília que tem boa estrutura, bons professores e alunos interessados. Só não tem Internet

O CED São Francisco é uma escola modelo. Situada em São Sebastião, cidade da periferia de Brasília, essa escola pública está incrustada no meio de um bairro pobre e sofre, como todas as escolas de periferia, com o ambiente de desemprego, baixos salários e violência. Conhecida como Chicão, ela é o único sinal nessa comunidade de que afinal existe um poder público e que essas famílias podem enfim sonhar com um futuro melhor.

A Escola realmente surpreende, tendo em vista o que nos acostumamos a ver nas escolas públicas no restante do Distrito Federal e país afora: prédios novos, ambiente digno, laboratórios e alguns equipamentos que vemos apenas em escolas particulares. Dá para perceber apenas com um olhar o excelente trabalho que a direção, os professores e toda comunidade escolar realizam, já que a instituição parece uma ilha de tranquilidade, um verdadeiro oásis de cidadania.

A diretora, professora Leísa Sasso confirma: «neste contexto de abandono da educação pública



brasileira, somos realmente uma exceção, no que diz respeito a estrutura física e equipamentos. Com exceção da Banda Larga que, por incrível que pareça, nós não temos. A escola tem tudo o que se precisa para oferecer uma educação de qualidade, mas a falta da Internet prejudica o aprendizado e diminui as chances dos nossos alunos em vestibulares e concursos».

Pois é... tem tudo, menos Internet. E não tem, não por falta de verba, mas porque a Oi só disponibiliza 1Mega (imagina... 1Mega para 3 mil alunos) ao bairro onde se situa a escola e a GVT não quer nem ouvir falar nesse assunto.

Diante da ganância das empresas e da inoperância das autoridades, a diretora procura parcerias para conseguir a banda larga para sua escola, inclusive com a embaixada americana que, ao contrário do estado brasileiro, se dispôs a ajudar.

Sobre essa ajuda, a diretora Leísa Sasso resume um sentimento e uma indignação que devem ser de todos os brasileiros: «os americanos tem sido muito generosos com esta

escola e somos muitos gratos. Mas isso é uma vergonha. Não para mim que vou a luta para conseguir benefícios para minha escola, mas para todos os presidentes e governadores e políticos que já passaram por esses palácios de Brasília.»

Assinamos embaixo professora e nos solidarizamos com a sua escola e com outras centenas de milhares de escolas que vivem uma situação ainda pior. Porque se a 25 Km dos gabinetes da Presidenta, do ministro das Comunicações e do presidente da Anatel é este o estado de coisas, ficamos imaginando o que acontece a 2500 Km.

